

Jornal da Undime/SC

A União dos Dirigentes Municipais de Educação mais perto de você

Ano II – Junho de 2010 – Edição nº 7

Educação em pauta na 57ª Reunião da Frente Nacional dos Prefeitos

Pág. 6



Prefeitos e Secretários Municipais de Educação de todas as regiões do país se reúnem em Florianópolis para discutir a educação e o desenvolvimento dos municípios e estados

O incentivo à leitura faz parte das políticas educacionais de Jaraguá do Sul

O Projeto Livro Livre, promovido pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com o Instituto Evoluir, tem o objetivo de disponibilizar livros de literatura infantil e juvenil gratuitamente para os alunos das 27 escolas da rede municipal de educação, em troca, os alunos recolhem materiais recicláveis e ajudam o meio ambiente. **Pág. 4**



CEE lança a 19ª edição do Prêmio Elpídio Barbosa

Pág. 12

I Feira do Livro de Capinzal recebe mais de 4 mil visitantes

Pág. 4

CGU abre inscrições para o 4º Concurso de Redação e Desenho

Pág. 3



Educação Infantil gratuita e de qualidade para as crianças de Forquilha - SC

A Prefeitura Municipal e a Secretaria Municipal de Educação de Forquilha assumiram um compromisso com a população: oferecer gratuitamente a Educação Infantil para a comunidade. Com mais investimento e a inauguração de uma nova unidade em 2010, cerca de 1000 crianças serão atendidas gratuitamente. **Pág. 10**

Editorial

Durante os dias 7 e 8 de junho a Undime/SC, em parceria com a Undime/PR e Undime/RS, estará realizando o I Seminário de Educação da Undime Região Sul, que tem como objetivo promover discussões sobre progressos, políticas educacionais e os desafios que nos são impostos para a consolidação de uma Educação de qualidade.

A realização desse Seminário representa um grande avanço para os gestores de Educação da Região Sul, haja vista que, eventos como esse, contribuem de forma significativa para a formação e qualificação de todos aqueles que estão envolvidos e comprometidos na reformulação da Educação Básica em nosso país. O encontro também irá favorecer a articulação, troca de experiências e possibilitará o amadurecimento e a reflexão sobre as novas perspectivas da educação.

Este Seminário apresenta ainda a função mobilizadora, para que possamos juntos reduzir a distância entre a realidade educacional que temos e a que queremos atingir.

Rodolfo Joaquim Pinto da Luz
Presidente da Undime/SC e da Região Sul

Joaçaba sedia encontro da Undime/SC

A Undime/SC promoveu, no último dia 08 de abril, um encontro Regional da instituição na cidade de Joaçaba, Meio Oeste Catarinense. O evento, realizado no Auditório Jurídico da Unoesc, reuniu Secretários Municipais de Educação, assessores educacionais e professores das Associações Municipais Ammoc, Amplasc, Amures e Amarp.

O encontro teve como objetivo discutir assuntos educacionais, como o piso Salarial/Hora Atividade, a Municipalização do Ensino Fundamental, a Data de Corte para Ingresso na Educação Fundamental, Provinha Brasil x Prova Floripa, Ensino Fundamental Obrigatório dos 4 aos 17 anos, entre outros assuntos relevantes, além de possibilitar a troca de experiências entre os Secretários e assessores.

De acordo com o Presidente da Undime/SC, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, encontros como este propiciam debates sobre a educação e seus impasses, com vistas a buscar soluções, como forma de auxiliar os municípios na gestão da educação pública.

Atualmente, os municípios catarinenses enfrentam sérios problemas com a educação infantil, já que o Estado repassou toda a responsabilidade desta faixa-etária para a educação municipal. Entre eles estão a falta de infraestrutura e verba para pagar profissionais. "Necessitamos de mais creches e profissionais capacitados, pois atender alunos na educação infantil hoje não é mais apenas prestar um serviço de assistência social, mas sim educacional", salienta Pinto da Luz. Ele ainda acrescenta a necessidade de mais recursos, para melhorar a qualidade do ensino fundamental, pois o estado estabeleceu uma série de obrigações para os municípios, mas não oferece subsídios para que as ações aconteçam.

Segundo o presidente do Colegiado de Educação da Ammoc, secretário de Educação de Capinzal Márcio da Silva, a excelência na educação é o foco dos municípios da Região e encontros como este facilitam e dinamizam os trabalhos das secretarias, para que essas possam executar os planos, programas e projetos educacionais com mais rapidez e facilidade.

Colaboração: Ammoc

Fala Comunidade estimula melhorias e integração no município de Rio do Sul

A Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul promove, desde 2009, o Programa Fala Comunidade, que tem como proposta a participação efetiva de todos os agentes comunitários.

O município, com aproximadamente 60.000 habitantes, possui 38 unidades escolares e cerca de 6.000 alunos nas áreas urbana e rural. Para tanto, conta com uma equipe de 800 profissionais envolvidos na rede.

O projeto teve início no ano letivo de 2009, com encontros promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e a comunidade. O objetivo é elaborar um diagnóstico da situação das unidades escolares e da comunidade em geral, para propor um plano de ação, buscando melhorias na gestão pedagógica, administrativo-financeira e de pessoas.

Os encontros possibilitam a proximidade entre os gestores da educação e a comunidade escolar, que toma conhecimento das dificuldades enfrentadas em cada unidade educacional do município. "É muito importante a comunidade perceber todo o contexto da situação, não se limitando somente a sua escola, pois uma sociedade se faz de bons homens em todos os lugares e não somente em determinadas regiões", comenta a Secretária Municipal de Educação, Janara Aparecida Mafra.

No ano de 2009, mais de 3 mil pessoas participaram das assembleias, o que resultou no planejamento de ações para os próximos anos. Desta forma, cada comunidade já tem atividades previstas para 2010. Entre elas, reformas e ampliações nas unidades; melhorias nos parques, quadras e infraestrutura, aquisição de mobiliários e eletrodomésticos.

O planejamento também propõe a execução de ações, que visam a melhorar a qualidade pedagógica da rede, como a publicação dos programas de ensino, livros de ensino

religioso, a implantação da disciplina de filosofia no 1º ano do ensino fundamental, etc.

Uma novidade que surgiu após o Programa Fala Comunidade é o programa Revela Talentos, que incentiva e estimula o aluno a uma educação empreendedora, voltada para o desenvolvimento e valorização de suas potencialidades, com projetos, como o 1º Concurso de Oratória, concurso para a escolha do novo uniforme escolar, Festival Cançãoeiro Integrador da Comunidade Escolar – FESTICE; Jogos Integrar, Bienal de Artes, e Feira Interdisciplinar.

São diversos projetos implantados com vistas a melhorar o desenvolvimento do aluno e aproximá-lo da realidade local, além de despertar na comunidade escolar a importância da participação nos processos educacionais.

Preocupados com a inserção destes alunos no mercado de trabalho, o planejamento prevê ações, que oportunizam o 1º Emprego, mais um projeto do programa, que atende alunos da 8ª série, com orientações sobre o mercado de trabalho, ética, cidadania, meio ambiente, marketing e relacionamento pessoal, e ainda propõe a participação dos alunos em vivências práticas nas instituições parceiras da cidade.

Já para os professores, a Secretaria Municipal de Educação oferece um kit de materiais, oportunidades de troca de experiências com outros profissionais, formação continuada e demais atividades que contribuam para o bom desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

Com o início do ano letivo de 2010, as assembleias já começaram, para dar continuidade às propostas planejadas em 2009, com objetivo de aprimorar, modificar e inserir novas necessidades.

Colaboração: Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul

Expediente:

Presidente Undime/SC: Rodolfo Joaquim Pinto da Luz
Jornalista Responsável: Graziane Ubiali -SC3497/JP

Contatos:

Telefone: (48) 3251-6129 e Fax: (48) 3251-6129
E-mail : secretaria@undime-sc.org.br ou
assessoriaundime-sc@gmail.com
Site: www.undime-sc.org.br



A História do Rio Camboriú contada por crianças da Educação Infantil chega a Portugal

O Centro de Educação Infantil Municipal Maria Bittencourt Saut, de Camboriú, desenvolve um projeto de troca de experiências entre alunos com o Jardim de Infância de Santa Eulália do Rio Côvo, da cidade de Barcelos, Portugal. O objetivo é estudar e contar a história do rio Camboriú, no Brasil, e do Rio Côvo, em Portugal. As atividades desenvolvidas são compartilhadas por meio de uma plataforma na internet, disponibilizada pela escola portuguesa aos profissionais da educação.

O plano iniciou com um convite da escola portuguesa, que desenvolve um projeto com o rio Côvo, que permeia a cidade de Barcelos. Como os alunos do Jardim de Infância de Portugal têm a mesma faixa etária dos alunos do Pré II do Centro de Educação Infantil de Camboriú, a diretora, Regina Dalago Valnier, e as professoras do grupo "Ursinhos Carinhosos", Zemilda e Marciana, aceitaram o desafio e estão desenvolvendo inúmeras atividades.

Os alunos do grupo brasileiro têm em média 04 anos e já sabem contar a história do nome do rio Camboriú, quais

são as quatro nascentes, de onde vem a água do rio, pois trabalharam o ciclo da água, além de aprenderem sobre o que é mata ciliar e sua função, entre tantos outros conhecimentos.

O grande momento do projeto será um vídeo - conferência realizada na secretaria de educação, onde os pequenos alunos do Centro de Educação Infantil Maria Bittencourt Saut de Camboriú trocarão informações com os alunos portugueses do Jardim de Infância de Santa Eulália do Rio Côvo. Eles irão partilhar conhecimentos e histórias sobre o rio Camboriú e sobre o rio Côvo.

Para conhecer o projeto, basta se cadastrar na plataforma <http://janelajardim.ning.com/>.

Colaboração:
Secretaria Municipal de Educação de Camboriú



CGU lança o 4º Concurso de Desenho e Redação

A Controladoria-Geral da União abriu inscrições para o 4º Concurso de Desenho e Redação da CGU, que será realizado entre os estudantes do ensino fundamental e médio, incluindo EJA, das escolas públicas e privadas de todo o país, visando despertar nos estudantes o interesse pelo controle social, a ética e a cidadania por meio da promoção da reflexão e do debate desses temas no ambiente escolar.

O tema deste ano é "Como será o futuro do Brasil com o dinheiro público bem aplicado?". Como ocorreu na edição passada, haverá premiação em nível nacional (computadores, máquinas fotográficas digitais, Aparelhos reprodutores de DVD e Certificados) para os melhores trabalhos dos alunos (e respectivos professores) e também para os melhores planos de sensibilização, debate e reflexão desenvolvidos pelas Escolas.

As escolas interessadas em participar do Concurso deverão acessar o site Criança Cidadã – Portalzinho da CGU no endereço eletrônico (www.portalzinho.cgu.gov.br/concursos) onde encontrarão o material de divulgação, o regulamento do concurso, a ficha de inscrição e os formulários de realização dos trabalhos.

De posse do material de divulgação, as escolas, por meio dos professores, deverão trabalhar o tema com os alunos, incentivar o debate no ambiente escolar e familiar, bem como organizar e super-

visionar a confecção dos trabalhos, que deverão ser realizados em sala de aula, no formulário próprio. A discussão em aula é de livre condução por cada professor. Caso necessite, sugerimos a utilização da cartilha "Olho Vivo no Dinheiro Público – Um Guia para o Cidadão Garantir seus Direitos", a qual pode ser localizada em <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/CartilhaOlhoVivo/index.asp>.

A inscrição se dará no momento em que a escola enviar à CGU os seus melhores trabalhos de cada ano/série (selecionados internamente) das categorias em que irá participar. Junto com os trabalhos a Escola deverá enviar a sua Ficha de Inscrição, contendo o Plano de Sensibilização que foi aplicado. O encaminhamento deverá ser feito via Correios para a CGU - Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas, SAS, Quadra 01, Bloco A, Edifício Darcy Ribeiro, sala 722, Brasília – DF, CEP 70070-905, sendo postados até o dia 08 de outubro de 2010, para julgamento pela Comissão Julgadora Nacional.

O resultado do Concurso será divulgado até 19 de novembro e a premiação está prevista para ocorrer, em todo o Brasil, no dia 9 de dezembro de 2010 - Dia Internacional de Combate à Corrupção, no Estado onde resida o vencedor. Os alunos e as escolas vencedoras receberão comunicação escrita da Controladoria-Geral da União – CGU.

As Categorias:

Desenho - para alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental;

Redação I - para alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental;

Redação II - para alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio;

Redação III - para alunos da modalidade Jovens e Adultos – EJA do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano de ensino médio);

Escola-Cidadã - para todas as escolas participantes, premiando os três melhores Planos de Sensibilização e Mobilização.

Mais informações acesse o site: www.portalzinho.cgu.gov.br/concursos

Projeto Livro Livre – mais um aliado no incentivo à leitura



Alunos trocam materiais recicláveis por livros e contribuem com o meio ambiente

O município de Jaraguá do Sul promove, a partir de abril, o Projeto Livro Livre, para as 27 escolas da rede municipal de ensino. O projeto é uma iniciativa do Instituto Evoluir com patrocínio da Weg, incentivo da Lei Rouanet, e consiste na troca de material reciclável por livros de literatura infantil e juvenil.

Em cada mês, quase 10 mil alunos do Ensino Fundamental poderão receber um livro de literatura da coleção destinada a sua faixa etária. Para isso, basta o aluno levar um quilo de material reciclável, na data estabelecida pela escola.

São quatro coleções diferentes: Cantos e encantos – para alunos em fase de alfabetização; Outras fábulas – para alunos de 4º e 5º ano; Toda arte – para 6º e 7º ano; e Joias literárias – para 8º e 9º ano. Os livros são escritos e ilustrados por artistas catarinenses. Cada coleção é composta

de pelo menos 10 títulos diferentes. Portanto, serão distribuídos mais de 100 mil livros até o final do ano.

Segundo a Diretora de Ensino Fundamental, Sirley M. Schappo, vários professores irão aproveitar os livros para desenvolver projetos de literatura com os estudantes, já que é inédita a possibilidade de todos os alunos da turma terem o mesmo título para ler.

Ela ainda ressalta que, se cada aluno trouxer

um quilo de material reciclável por livro – e normalmente trazem mais –, serão aproximadamente 10 mil quilos de material reciclável, que não irão para o lixo a cada mês. “O impacto cultural e ambiental do projeto é enorme, uma vez que possibilita que alunos da escola pública possam adquirir um livro por mês e desenvolvam o gosto pela leitura ao longo do ano. Muitos desses alunos não têm condições financeiras de comprar livros com essa regularidade mensal”, comenta.

Todo material reciclável coletado na escola é vendido a uma empresa de reciclagem da cidade e o dinheiro é depositado na conta da Associação de Pais e Professores (APP) da escola, que o utiliza da forma que julgar mais útil. “Geralmente esse dinheiro é utilizado para a compra de material didático ou livros para a biblioteca escolar”, completa Sirley.

A Secretaria de Educação de Jaraguá do Sul tem em sua trajetória o incentivo a projetos que visam a melhorar o gosto pela leitura. Desde 2007, a Secretaria criou o grupo de articuladores de leitura, composto por um representante de cada escola, que tem como função coordenar ações de incentivo à leitura. Esse grupo se reúne mensalmente para planejar, avaliar e socializar as ações realizadas, e é coordenado pela professora da rede, Andreia Camillo.

Andréia explica que no início do ano os professores e funcionários traçam as metas e ações do projeto de incentivo à leitura, de acordo com a realidade de cada escola e definem temas que poderão ser abordados durante o projeto. “As ações mais frequentes e que têm trazido melhor resultado no incentivo à leitura são a contação de histórias, a leitura compartilhada de jomais na sala de aula, os concursos de poesia entre os alunos, a criação de peças teatrais a partir de livros lidos, a criação de pequenas obras pelos próprios alunos, entre outras. A exploração de temas como cultura africana e indígena e a inclusão de pessoas com deficiência também fica bem mais interessante quando abordada a partir da literatura”, ressalta.

Bimestralmente, as escolas organizam momentos para que os alunos e professores apresentem aos colegas as atividades que realizaram a partir da leitura de obras literárias. Na última reunião do ano dos articuladores de leitura, cada um apresenta o que foi desenvolvido em sua escola. “É um momento muito rico, já que possibilita a troca de ideias e a melhoria do projeto de incentivo à leitura, ano a ano”, comenta Andreia.

Colaboração: Secretaria Municipal de Educação de Jaraguá do Sul

Público superior a 4 mil pessoas prestigia I Feira do Livro de Capinzal

A Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes de Capinzal, estima que aproximadamente quatro mil pessoas prestigiaram a I Feira do Livro do município, realizada no dia 15 de abril de 2010. A Praça Pedro Lélis da Rocha, palco do evento, que homenageou o escritor Monteiro Lobato, ficou tomada pelo público durante todo o dia.

Além da exposição e comercialização de obras literárias, a Feira brindou o público com mais de uma dezena de outras atrações. O Lions Clube realizou a campanha para a arrecadação de livros infantis. O Centro Espírita Amor e Caridade e a Seicho No Ie comercializaram obras relacionados às suas filosofias, enquanto que a Rede Feminina de Combate ao Câncer desenvolveu atividades de conscientização da doença.

Os estabelecimentos de ensino público e particulares também marcaram presença. A Escola Municipal Viver e Conhecer realizou oficinas de pintura facial. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desenvolveu o Projeto Computarte – obras de arte produzidas a partir de peças de computador em desuso. A contação de histórias ficou por conta da escola Mater Dolorum e coube ao Centro Educacional Inovação (CEI) a apresentação da Janela Literária – a confecção de um livro a partir de objetos escondidos na janela.

Já as escolas Bernardo Moro Sobrinho e Belisário Pena realizaram a exposição de trabalhos e o Colégio Drummond a animação do público com os principais personagens de Lobato.

Individualmente muitas pessoas contribuíram para o sucesso da Feira. As professoras Vivian Golin e Rosângela Scheuerman contaram histórias infantis para estimular a leitura. Mara Korb e Helena Brandini expuseram suas obras de arte e o escritor Orací Souza Duarte aproveitou para expor e comercializar seu livro “O Conselheiro Ideal”. Também participaram do evento a Escola Municipal de Música e a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

O Centro de Apoio e Desenvolvimento à Criança e ao Adolescente (CECON) e a Associação Municipal de Mulheres Agricultoras (AMMAC) aproveitaram o evento para comercializar peças de artesanato.

Na opinião do Secretário da Educação, Márcio Silva, a I Feira do Livro foi um sucesso e serviu de base para outros encontros que serão realizados. A Secretaria externa seu agradecimento a todas as entidades, pessoas, escolas de Capinzal, Ouro e Zortéa, pela participação.

Colaboração: Assessoria de Imprensa do Município de Capinzal



Topas: a retomada do sucesso na trajetória escolar

O programa parte do princípio que todos são capazes de aprender e ajuda a fortalecer a auto-estima dos adolescentes

Um projeto da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, que já reverteu em 77% o índice de distorção idade/série. Desde que foi criado em 2006, o Todos Podem Aprender Sempre – TOPAS –, atende uma média de 200 crianças e adolescentes, por ano. Na Escola Básica Municipal Brigadeiro Eduardo Gomes, no Campeche, o TOPAS, atende 26 alunos de 14 a 16 anos, que têm no mínimo duas repetências na trajetória escolar.

Os jovens frequentam a escola em período integral, das 8h às 17h15, e são atendidos com um currículo específico, elaborado para desenvolver as diversas dimensões dos alunos e possibilitar a formação e exercício da cidadania. Entre as atividades realizadas estão a leitura e a escrita, cálculo e resolução de problemas, artes, participação comunitária, ambiente e sustentabilidade e ética. Aulas, seminários, saídas a campo e pesquisas também fazem parte da rotina do projeto. No primeiro semestre letivo de 2010, o tema que está sendo trabalhado é o “Lixo e a preservação do meio ambiente”.

Nas Segundas-feiras à tarde, excepcionalmente, os alunos não participam de atividades curriculares do projeto, assim, os professores e a equipe aproveitam o tempo para planejar, avaliar e redimensionar o curso das atividades a partir das reuniões realizadas com os alunos. “Nós já nos acostumamos a ficar na escola o dia todo. Na segunda-feira que não tem aula é muito ruim, eu sinto falta”, relatou a aluna do TOPAS, Andressa Conceição Duarte, de 13 anos.

Além disso, são desenvolvidos projetos de áudio e vídeo, como a Rádio Brigadeiro, onde todos os programas são desenvolvidos por eles, com o apoio da emissora comunitária Rádio Campeche. “É muito legal, porque somos nós

mesmos que fazemos os programas. Agora também estamos gravando vídeo”, disse, entusiasmado, o aluno Jerônimo Pastor Gonçalves, 15.

A quarta-feira é dedicada às diferentes saídas de estudos, que vão desde trilhas a visitas a aterros sanitários. Os alunos também participam de oficinas relacionadas à preservação do meio-ambiente. Estas atividades são realizadas com a supervisão e orientação de profissionais da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis, a FLORAM.

O projeto também realiza atividades educativas focadas na sexualidade com o objetivo de orientar e esclarecer dúvidas.

Equipe Topas:

As aulas são ministradas por um professor articulador com a participação de professores de diversas áreas do conhecimento como história, matemática, português, entre outras. Foram contratados nove professores exclusivamente para

o TOPAS, o que garante aulas totalmente direcionadas aos alunos do projeto. “Dessa forma podemos dar mais atenção a cada aluno. Fica mais fácil tirar dúvidas e auxiliar individualmente”, afirma a professora articuladora e coordenadora do projeto, Rosana Arruda.

Segundo a diretora da Escola, Carla Patrícia

de Santiago Lapa, o TOPAS está gerando ótimos resultados. “Os alunos estão mais interessados e não há problemas com faltas. O programa está mudando o comportamento desses jovens. Agora eles conseguem ver um futuro diferente, promissor”, ressaltou. O aluno Tiago da Silva Pereira, 14, é um exemplo disso. “Antes eu só queria fazer banguça, não queria estudar. No TOPAS, as aulas são muito mais interessantes”, explica.

De acordo com a coordenadora, o projeto hoje conta com o apoio dos pais dos alunos. “No início eles tiveram um pouco de receio, por ser tratar de algo novo, mas depois viram que estava dando resultado e hoje dão 100% de apoio”, conclui.

Colaboração: Assessoria de Imprensa SME Florianópolis



Programa Mais Educação: A escola em período integral



O projeto desperta a criatividade dos alunos e o interesse pela arte



O Programa Mais Educação busca ampliar o tempo e o espaço educativo dos alunos da rede pública. As atividades têm como foco a melhoria do rendimento do aluno e do aproveitamento do tempo escolar e serão realizadas no contraturno. Com o programa, a Secretaria Municipal de Educação de Major Gercino pretende reduzir a evasão, a reprovação e as distorções de idade-série. O Programa prevê ações educativas, artísticas, culturais, esportivas e de lazer. O objetivo é articular ações, projetos e programas em torno da escola, para a formação integral dos alunos.

Inicialmente, a rede de ensino de Major Gercino terá 2 turmas no Programa Mais Educação, na Escola Municipal Monsenhor José Looks, que desenvolverá atividades com alunos do 1º e 2º ano, sendo realizada de forma gradativa.

No período matutino haverá diversas disciplinas com diferentes professores, como: Jogos Matemáticos, História e Cultura local, Música, Artes, Inglês. E no período vespertino disciplinas do currículo núcleo comum.

Colaboração: Secretaria Municipal de Educação de Major Gercino

Prefeitos e Secretários Municipais de Educação se reúnem em Florianópolis

O encontro discutiu temas relacionados à educação, desenvolvimento social, recursos aos municípios, a partilha dos royalties do petróleo e a prevenção nas áreas de risco



Secretários Municipais de Educação e Prefeitos se unem em busca de benefícios

A 57ª Reunião da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) e o 11º GT das Grandes Cidades e Capitais iniciou no dia 26 de abril, com a participação de diversas autoridades, dentre elas representantes e prefeitos de outros países, como Itália, Portugal e Haiti. O evento reuniu gestores e gestoras de várias regiões do país, assessores de prefeituras e aproximadamente 175 Secretários Municipais de Educação, para debater vários temas de interesse dos municípios, no Costão do Santinho, em Florianópolis.

De acordo com o Prefeito da cidade anfitriã, Dário Elias Berger, encontros como esse são fundamentais para discutir problemas crônicos da estrutura federativa, com o objetivo de democratizar a destinação de recursos, desburocratizar processos

e convênios e estabelecer um novo padrão de valorização das cidades. “É na cidade que tudo começa e tudo termina. A União e os Estados nada mais são do que a união de todas as cidades, a União é uma instituição abstrata, o Estado não deixa de ser também uma instituição abstrata, quando todas as cidades estiverem bem, a União e o Estado estarão bem”, comenta.

Dário ainda ressalta que é necessário inverter o processo político-administrativo e valorizar cada vez mais as cidades, em detrimento do sistema imperialista que o modo brasileiro vive até hoje.

As discussões do encontro visam a debater os recursos para prevenção em áreas de riscos, a partilha dos royalties do petróleo, o G100 – grupo de cidades popu-

losas com baixa arrecadação – e a cooperação entre as cidades brasileiras e haitianas, entre outros recursos, que são repassados aos municípios pela União. O Governador de Santa Catarina em exercício, Leonel Pavan, ressalta a importância da redefinição das partilhas e a descentralização do bolo tributário e demais recursos, para valorizar mais os municípios, pois estes são parte integrante da União.

“A união é o conjunto de todos os municípios, que são vistos como último degrau. Os governos, federal e estadual, devem olhar para os prefeitos como agentes públicos ligados diretamente a estas esferas”, explica.

O 11º GT, que ocorreu concomitantemente à Reunião da FNP e seguiu até o dia 28, tratou dos diversos assuntos educacionais que estão em discussão em todo o país, entre eles Orientações Curriculares da Educação Infantil, O Corte Etário e o Ensino Fundamental de 9 anos, Educação de Jovens e Adultos e a Educação Básica obrigatória dos 4 aos 17 anos, prevista na Emenda Constitucional nº 59/2009, apresentada pela Senadora Ideli Salvati.

De acordo com a Senadora, que também esteve presente no evento, o país está num momento especial para a Educação. Além

da aprovação da EC nº 59, o Brasil realizou a Conferência Nacional da Educação e redefiniu as diretrizes da educação.

Com a promulgação da EC nº 59 e a obrigatoriedade da Educação Básica dos 04 aos 17 anos, que deverá ser implantada até 2016, o país pretende melhorar a qualidade da educação, além de inserir o maior número possível de crianças e jovens na escola. “Está comprovado que a criança que tem escolaridade antes do Ensino Fundamental terá melhor desempenho. Temos grande deficiência na Educação Infantil. Com

a obrigatoriedade e a ampliação de vagas, essa diferenciação tende a diminuir, possibilitando mais condições de aprendizado”, conclui Ideli.

Durante os três dias de evento, muitos assuntos foram debatidos, e algumas definições foram tomadas. Ao final do encontro uma Carta foi elaborada e assinada pelos gestores, para ser encaminhada ao MEC, solicitando a mudança no texto da LDB, no que se refere à entrada das crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. O documento propõe que seja incluído no texto que, para entrada das crianças na Educação Infantil e na Educação Básica, respectivamente, seja seguida a data de corte de seis e quatro anos completos, até o dia 31 de março.

“É na cidade que tudo começa e tudo termina...”

Direito à educação com qualidade é defendido por Secretária do MEC

“Se este país não for pra cada uma dessas crianças, ele não será para nenhum de nós”, afirma a Secretária de Educação Básica do MEC, Maria do Pilar Lacerda de Almeida e Silva, que esteve presente no 11º GT das grandes cidades e capitais, realizado junto à 57ª Reunião da Frente Nacional dos Prefei-



Maria do Pilar fala sobre as mudanças e conquistas na educação com a EC nº 59

tos, entre os dias 26 e 28 de abril, na cidade de Florianópolis – SC.

Maria do Pilar ressalta as novas conquistas da educação brasileira, possibilitadas pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009, a qual prevê a obrigatoriedade da matrícula dos 4 aos 17 anos e amplia a rede pública de atendimento educacional. Segundo ela, essa emenda provocou uma das mudanças mais radicais na educação do país, porém revela dificuldades enfrentadas pelos municípios, uma vez que os mesmos terão que atender a Educação Infantil, que requer recursos e infraestrutura diferenciadas, além de profissionais capacitados para atuarem nesse segmento. “Nós mudamos a Constituição e tomamos a matrícula obrigatória dos 4 aos 17 anos. Isto significa um trabalho e um esforço enorme dos prefeitos e secretários municipais, porque atender 4 e 5 é diferente do que atender 15

a 17. Se o prefeito não estiver muito junto, muito próximo do secretário, para enfrentar esse desafio, a gente chegará em 2016 sem a universalização do acesso”, explica.

De acordo com a Secretária, esta meta precisa ser alcançada, pois a universalização do acesso significa reconhecer o direito e garantir a educação de qualidade para todas as crianças e jovens, não apenas para tirá-los das ruas e da violência. Isso será uma boa consequência do processo. Porém, ela informa que essa garantia precisa partir dos Municípios, do Estado, e principalmente, do Governo Federal. “Sabemos que sem a parceria, sem o regime de colaboração da União com Estados e Municípios, nós não vamos garantir este direito e é a garantia do direito à educação, que tornará esse país menos injusto e menos desigual”, afirma.

O ano de 2016 é o prazo

limite para que todos os municípios atendam a faixa etária obrigatória, estipulada pela EC nº 59. Se o objetivo for alcançado, o Brasil oferecerá educação de qualidade para as crianças, além de assumir novo posto no ranking que avalia a educação dos países.

O Ministério da Educação (MEC) vem buscando essa garantia e a melhoria da qualidade da educação. Uma das formas encontradas para isso, segundo a Secretária, foi eleger 3 grupos prioritários para trabalhar: os 1822 municípios brasileiros, que têm o IDEB abaixo da média nacional; as redes estaduais e o grupo das grandes cidades brasileiras, composto por aproximadamente 170 cidades, que representam 40% das matrículas no país, e apresentam boas avaliações e orçamentos, porém apresentam muitas contradições sociais, desigualdade e inequidade.

Diretrizes da Educação Infantil trazem avanços para o desenvolvimento das crianças

O no de 2010 inicia com “saldo” positivo para a Educação Infantil. As Diretrizes, que agora normatizam essa fase do desenvolvimento da criança, trouxeram benefícios e diversos avanços para a qualidade da Educação Básica no Brasil, de acordo com a Coordenadora Geral de Educação Infantil do Ministério da Educação, Rita de Cássia Coelho.

As Diretrizes foram elaboradas em coletividade, após um processo de discussões, debates e negociação de posições, o que, na opinião de Rita, possibilitou um grande avanço para os alunos desta faixa etária, que compreende de 0 a 5 anos. “Nós respondemos a uma demanda social de que as Diretrizes precisavam avançar, precisavam ser melhoradas. As atuais Diretrizes não alteram as anteriores, vão além”, comenta. Segundo ela, as Diretrizes existentes até 2009 eram muito gerais, tratavam apenas de alguns princípios da Educação Infantil, e não tratavam das questões do cotidiano da criança, de avaliação, integração, da função social da creche e da relação com a família.

Essas mudanças possibilitaram incorporar às Diretrizes avanços que estão presentes nas políticas dos municípios.

Rita ainda ressalta a importância do debate, pois, segundo ela, as Diretrizes são um instrumento de consolidação de uma posição, que, se não forem debatidas, se as pessoas não se apropriarem e se o sistema não as implementar, serão inócuas. “A forma como elas foram construídas é um grande avanço. É o método de trabalho que possibilitou formular política com prática democrática”, enfatiza.

Na opinião da Coordenadora Geral de Educação Infantil, existem três grandes avanços presentes nestas Diretrizes, que merecem destaque: o primeiro é que afirmam a Identidade da Educação Infantil, como etapa inicial da Educação Básica; o segundo, é que elas consolidam uma concepção de criança como sujeito histórico, de direitos, uma criança competente, que produz conhecimento, que interage com seu meio; e o terceiro é que estas Diretrizes assumem uma concepção de currículo para a

Educação Infantil.

Com relação ao terceiro avanço, Rita explica que a Educação Infantil no Sistema Escolar Brasileiro propiciava o surgimento de dúvidas sobre o currículo, por ser uma terminologia muito ampla, com possibilidade de se confundir com práticas pedagógicas cotidianas, proposta pedagógica, matriz curricular, grade curricular, projeto político - pedagógico, plano de trabalho. “Hoje existe, sim, um currículo na Educação Infantil, ele tem eixos que são as brincadeiras e as interações das crianças com outras crianças, delas com adultos e estabelece, sim, alguns campos de experiências que nós temos que assegurar para as

crianças”, finaliza.

Por serem mandatórias, as Diretrizes deverão ser incorporadas pelos municípios ainda este ano. Estes poderão adotar diferentes formas e estratégias de implantação, de acordo com suas realidades.



Foto SME Concórdia

Undime defende a garantia de ensino com qualidade e no tempo certo

“A criança tem o seu tempo, tem o seu querer, e o ingresso ao ensino fundamental se dá aos 6 anos completos no dia 31 de março, conforme definiu o Conselho Nacional de Educação”, afirma o Presidente da Undime Nacional e Secretário Municipal de Educação de Castro PR, Carlos Eduardo Sanches.

A Undime se aproxima de duas décadas e meia de existência e lutas em prol da educação. Muitos assuntos foram discutidos, leis aprovadas, emendas constitucionais derrubadas. E, neste momento, segundo Sanches, há duas importantes preocupações na área da educação. A primeira é a questão da obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos, prevista pela Emenda Constitucional nº 59/2009, pauta da 11ª reunião do GT das grandes cidades e capitais, realizada em Florianópolis. O outro desafio, que assola e preocupa a educação, é o Projeto de Lei 6755/2010, que garante o ingresso de crianças com 5 anos de idade no Ensino Fundamental.

Quanto a este último, a Undime tem uma única posição: não aprovar. Desta forma, solicita a todos os Secretários Municipais de Educação, que se mobilizem e articulem junto aos seus partidários, deputados e

senadores, o voto contrário a este PL. O presidente da Undime ainda ressalta que o projeto já passou pela Comissão de Educação do Senado e, se aprovado, estará antecipando o andamento da educação das crianças, além de possibilitar o fracasso do sistema de ensino e aprendizagem. “Nós não podemos permitir que as crianças ingressem antecipadamente no Ensino Fundamental, porque senão daqui a pouco nós não vamos mais discutir o ingresso de crianças de 5 anos no Ensino Fundamental, nós vamos discutir o ingresso de crianças de 4 anos e assim vamos prejudicar as futuras gerações do nosso país”, enfatiza.

Para o Presidente da Undime/SC e Secretário Municipal de Educação de Florianópolis, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, essa medida não pode ser aprovada, uma vez que a criança com 5 anos de idade ainda está imatura para ingressar no primeiro ano do ensino regular. Assim como a Undime, são contrários ao PL a Frente Nacional

dos Prefeitos (FNP), o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Secretaria de Educação Básica do MEC. Essas instituições defendem o acesso com 6 anos completos até o dia 31 de março, conforme estipulado pelo CNE.

Quanto ao ensino obrigatório dos 4 aos 17 anos, a preocupação diz respeito a garantia do direito de cada criança nessa faixa etária frequentar a escola pública, o que envolve recursos. Segundo Sanches, o Brasil entrou, quando aprovou esta Emenda, porém ressalta a necessidade de preparar os municípios para atender a demanda. Para tanto, contam com as propostas acolhidas durante a Conferência Nacional de Educação, para levá-las ao conhecimento do Congresso Nacional.

De acordo com o Presidente da Undime, é fundamental o esforço de cada um dos Secretários Municipais de Educação das grandes cidades e das capitais, para que se construa um diagnóstico,

que apresente o que efetivamente é necessário em cada um dos 5.563 municípios brasileiros, para garantir, até 2016, a matrícula de 4 e 5 anos, sobretudo nas redes de sistemas municipais de educação. “Sem que a estrutura da legislação brasileira seja alterada e sem que o modelo de financiamento da educação seja alterado, os municípios brasileiros não terão como dar conta dessa demanda, que surge nesse momento”, finaliza Sanches.



Presidente da Undime defende o ingresso das crianças ao Ensino Fundamental com 6 anos

Presidente do Conselho Nacional de Educação fala sobre a Data Corte e o Ensino Fundamental de 9 anos

Alguns questionamentos foram levantados e muitas dúvidas surgiram no momento de matricular os alunos no ano de 2010. A Resolução nº 1/2010, do Conselho Nacional de Educação – CNE, definiu algumas diretrizes para a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos e a data corte de 31 de março para o ingresso de alunos no 1º ano do Ensino Fundamental. A Presidente do CNE, Clélia Brandão, esclarece alguns pontos.

Jornal da Undime/SC - Como o Conselho analisa a implantação do Ensino Fundamental de 9 Anos?

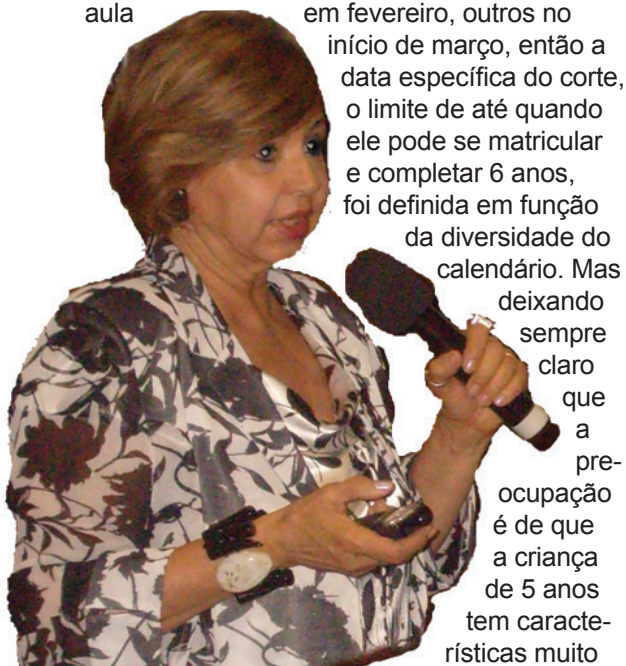
Clélia Brandão - O Ensino Fundamental de 9 anos assumiu uma direção que pra mim não foi a direção mais pertinente. Tinha que ter partido primeiramente de uma análise de qual é o projeto do Ensino Fundamental de 9 anos. Entretanto, se prendeu a data corte de entrada, que é 6 anos, e depois passou a questionar-se sobre a idade de 5 anos. Bem, se eu penso num projeto, no conjunto da Educação Básica, eu vou entender que a criança com as suas características de 6 anos precisa, no Ensino Fundamental de 9 anos, de um atendimento relativo às suas características. Como podemos pensar em colocar uma criança de 5 anos, se nem conseguimos nos organizar para atender as de 6 anos.

Jornal da Undime/SC- Qual a diferença do atendimento para uma criança de 5 anos?

Clélia Brandão-A criança de 5 anos tem características que estão muito mais próximas da criança de 4 anos. A criança de 5 anos precisa de formação e desenvolvimento, porque ela não vai à escola só pra aprender conteúdo. Ela vai à escola, para desenvolver a sociabilidade e a convivência. Foram os princípios pedagógicos, sócioafetivos, psicológicos, que definiram esse encaminhamento do Conselho.

Jornal da Undime/SC -Por que a data limite de 31 de março?

Clélia Brandão -A data limite de 31 de março foi em decorrência do atendimento nacional, porque alguns municípios começam a aula em fevereiro, outros no



início de março, então a data específica do corte, o limite de até quando ele pode se matricular e completar 6 anos, foi definida em função da diversidade do calendário. Mas deixando sempre claro que a preocupação é de que a criança de 5 anos tem características muito

mais próximas às de quatro e que, assim, para entrar no Ensino Fundamental, precisa ter concluído ou estar a concluir até março 6 anos.

Jornal da Undime/SC-Por que a data limite de 31 de março? De que forma o CNE está articulando as mudanças previstas pela Resolução nº 01/2010 com os municípios?

Clélia Brandão - Em alguns Estados ocorreram liminares ou interpretações dos Conselhos Estaduais com posições diversas dessa dos 6 anos. Então o Conselho Nacional de Educação, através do Fórum Nacional dos Conselhos de Educação, que reúne todos os Conselhos Estaduais, está no processo de articulação, a fim de que possamos trabalhar as normas em regime de colaboração também.

É por meio dos Conselhos nos Estados que conseguimos instituir as normas, já que quem normatiza é o Conselho. Estamos trabalhando nesse processo de colaboração com todos os Conselhos.

Jornal da Undime/SC - Surgiram muitas dúvidas sobre as matrículas efetuadas antes da Resolução. Qual é a posição do CNE?

Clélia Brandão -A Resolução deixa claro que a criança que já estava matriculada não pode sofrer nenhum tipo de retaliação, que possa afetar sua autoestima e motivação. As decisões não podem ocasionar este tipo de problema. Então se ela já estava matriculada, deve se trabalhar de forma adequada com ela, e não mais voltá-la para a Educação Infantil ou para a Pré-Escola.

Jornal da Undime/SC - De que forma o Ensino Fundamental de 9 anos irá contribuir para as crianças da Educação Básica?

Clélia Brandão - Hoje já falamos da Educação Básica dos 4 aos 17 anos, que foi aprovada pela Emenda Constitucional nº 59/2009. Hoje é preciso falar da Educação Básica como um todo. Temos o reconhecimento de que a Educação Básica e a Educação Superior precisam de um diálogo extremamente consistente e contínuo. Porque nós temos uma interrelação muito maior do que a gente pensa, não só liberando aluno pra ir para as universidades, mas também formando profissionais, no caso específico professores e demais áreas interligadas à educação, como a saúde, a arquitetura - que hoje tem uma ligação muito grande com a educação na parte de acessibilidade.

As universidades devem formar os profissionais com esse conhecimento, não da educação escolar em si, mas do processo educacional como fundamental para a conquista da chamada Cidadania Plena.

Docentes infelizes, alunos idem

Para BRUCE, Anne (Como motivar sua equipe: 2006, p.57) “Um ambiente ameno ajuda a aliviar o estresse e a tensão, melhora a comunicação, reduz os conflitos, une as pessoas, elimina o marasmo e a fadiga e traz muita energia positiva”. Isso nos reporta ao entendimento de que pessoas ao se divertirem trabalhando, conseguem ver a empresa como um local agradável, motivador e capaz de elevar produtividades e desempenhos. Em contrapartida, ao nos depararmos com humanos instáveis, inoperantes e em pleno descontrole emocional, somos convidados a questionarmos até que instante é válido insistirmos na busca pelos resultados ideais e necessários a todos.

Ser personagem de um cenário tumultuado, desvinculado do contexto, com comunicação ineficaz e repleto de pessoas infelizes e em desarmonia pode ser tarefa para minorias sofredoras e angustiadas ou para indivíduos que acabam incorporando-se às peças desse tabuleiro de incapacidades. Ao desempenharmos funções em busca de inovação, lucratividade e pelo propósito de aperfeiçoar a humanidade, somos convocados a modificarmos posturas contrárias a tais objetivos, por isso, precisamos redirecionar intenções, como por exemplo, ouvirmos mais, sermos mais tolerantes, polidos, fiéis, solidários e, em fim, trabalharmos cada dia mais e mais – esse último fundamental, eu acredito.

Por isso, ao construirmos planejamentos, torna-se indispensável a consideração acerca do que almejamos ser, quais caminhos iremos percorrer e, por fim, quais qualidades pretendemos associar aos resultados. Propagar infinitos e solitários resmungos baseados em aversões políticas e/ou antipatias pessoais é, no mínimo, incoerente com os que dizem estar oferecendo educação articulada, em rede e de forma excelente. Então, antes de usarmos as tribunas imaginárias da vida para discursarmos críticas, desconfortos e desarmonias, precisamos nos conscientizar, baseados em elevado senso crítico, quais estão sendo nossas reais atitudes/posturas em meio a tais cenários. Assim, acredito que novas e sensacionais revelações irão surgir. E você, acredita também?

Por Marcelo Tavares
Secretaria Municipal de Educação de Garuva

Ensino Fundamental de 9 anos, desafios e realidades

Secretários Municipais de Educação e representantes do MEC e do CNE debatem a implantação e as Diretrizes do Ensino Fundamental de 9 anos

O Ensino Fundamental de 9 anos foi tema de debate no GT das Grandes Cidades e Capitais, realizado durante os dias 26, 27 e 28 de abril em Florianópolis. As dúvidas e sugestões, manifestadas pelos secretários e técnicos da educação de todo o país, foram recebidas pela Coordenadora Geral do Ensino Fundamental do MEC, Edna Martins Borges, que proferiu palestra no evento sobre o assunto.

Segundo Edna, os órgãos ainda estão discutindo as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental de 9 anos, que iniciou sua implementação neste ano. Até o momento foram realizadas três audiências públicas, para discutir e analisar as propostas. Edna informa, ainda, que as discussões realizadas neste encontro também contribuirão para o debate. “Muitas questões que foram colocadas aqui ainda serão refletidas e provavelmente incluídas na resolução”, informa.

Explica que a mudança do Ensino Fundamental de 8 para 9 anos e a entrada das crianças aos 6 anos, possibilitará mais facilidades para construir seu processo de alfabetização e de letramento, tendo em vista que a maioria, advinda das classes populares, não tinha acesso a uma pré-escola pública e nem privada. Edna lembra, ainda, que além do Ensino Fundamental de 9 anos, existe a Emenda Constitucional nº 59/2009, que estabelece a obrigatoriedade da educação para a faixa etária dos 4 aos 17 anos, a fim de efetivar a inserção das crianças na educação. Os municípios têm até o ano de 2016 para garantirem a matrícula, de acordo com a EC.

As medidas mencionadas acima resultam em maior investimento e infraestrutura aos municípios, o que, de acordo com a Coordenadora, já está previsto na Emenda Constitucional, com a conquista da desvinculação de recursos constitucionais e, consequentemente, um aumento nas verbas repassadas para a educação pública. Os impostos, que antes não tinham vinculação para a educação brasileira, a partir de então, passam a ter, e isso significa injetar mais recursos na educação. “Não adianta ampliarmos a obrigatoriedade, ela passar dos 6 aos 14 anos, para os 4 aos 17 anos, se não tivermos também um planejamento de ampliação dos recursos financeiros para a educação”, lembra Edna.

Uma dúvida, levantada diariamente nas Secretarias Municipais de Educação, diz respeito à divisão destes novos recursos, já que os investimentos e as obrigações dos municípios aumentaram. Até 2009, os municípios atendiam uma demanda menor de alunos, por não existir a obrigatoriedade dos 4 aos 17 anos. A partir de 2010, além do atendimento do Ensino Fundamental de 9 anos e da obri-



Representantes do MEC e do CNE recebem sugestões dos Secretários e representantes das Secretarias Municipais de Educação das diversas regiões do país, a respeito do E.F. de 9 anos

gatoriedade, também aumentaram a demanda e as obrigações para a Educação Infantil, que compreende a faixa etária de 0 a 3 anos.

De acordo com os cálculos do Presidente da Undime/SC e Secretário Municipal de Educação de Florianópolis, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, seriam necessários aproximadamente 10 bilhões de reais para atender com qualidade apenas a nova demanda da Educação Infantil, ressaltando que esse é o valor aproximado da desvinculação de recursos previstos pela EC nº 59. Será possível esta divisão suprir as necessidades dos municípios?

A Coordenadora explica que os recursos, de aproximadamente R\$ 9 bilhões a mais por ano, conquistados pela desvinculação, serão destinados para toda a educação brasileira, da Pré-Escola até o Ensino Superior. “Ainda não tem uma discussão de como será feita a distribuição entre os níveis de Ensino e as etapas da educação, essa é uma discussão posterior, mas existe a certeza que o imenso valor passa ser injetado na educação brasileira”, afirma Edna.

Metodologia de ensino e avaliação:

Segundo Edna, o Ministério da Educação orienta os Sistemas Municipais de Educação que os três primeiros anos do Ensino Fundamental de 9 anos sejam considerados um ciclo da infância e da alfabetização e letramento e que durante esses três anos - do primeiro para o segundo e do segundo para o terceiro - não aconteçam interrupções. Ela explica que esses alunos deverão passar por avaliações processuais contínuas, porque é exatamente por meio dessas avaliações que são feitas com os alunos, que o professor vai conseguir detectar as suas dificuldades e poder construir estratégias pedagógicas, para que as dificuldades

sejam sanadas. “Se isso não acontecer, se não tiver avaliação, o aluno continua prosseguindo, porém sem ter construído as aprendizagens necessárias”, pondera.

O objetivo é que este ciclo da infância garanta não só a continuidade das crianças, sem interrupção, mas também as aprendizagens de todas as áreas do conhecimento, que são as habilidades e as competências próprias para essa faixa etária. Então, de acordo com a Coordenadora, é preciso fazer sempre uma avaliação diagnóstica, para identificar dificuldades de aprendizagem e construir estratégias para que elas sejam solucionadas.

Mas esta avaliação só será possível se os profissionais estiverem preparados para receberem estes alunos. Edna comenta que as questões relacionadas à formação docente e à preparação do profissional têm sido discutidas pelo Ministério da Educação, visto que os professores, que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental, agora passam a trabalhar com uma faixa etária diferente da dos anos anteriores. “Nós temos uma ação de formação, denominada de Pró-Letramento, que é exatamente para os professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A entrada da criança de 6 anos traz novas reflexões para este professor, que já estava acostumado a lidar com uma faixa etária maior”, ressalta.

Para auxiliar os profissionais, a partir das demandas de professores, observadas pelo MEC, foi elaborada uma publicação, intitulada “Criança de 6 anos: a Leitura e a Escrita e o Ensino Fundamental de 9 anos”. Traz questões bastante concretas e relatos de experiências, como sugestões de práticas e de atividades, que os professores podem desenvolver com a criança de 06 anos. Edna reforça a importância da formação em serviço. “A partir do momento em que você está trabalhando com aquela criança de 6 anos e que os problemas vão aparecendo, você vai discutindo esse problema, seja com um coordenador pedagógico, com o diretor da escola ou com seu par. Esta é a formação que dá mais resultado, uma formação em serviço, que acontece a partir da reflexão da prática docente”, finaliza.

“Não adianta ampliarmos a obrigatoriedade se não tivermos um planejamento de ampliação de recursos financeiros para a educação”

Alunos da rede municipal de Porto Belo têm sessão de contação de histórias



Os alunos do Ensino Fundamental e Pré-escola da Escola Municipal Fidelis Antônio Garcia, no bairro Sertão, e do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) Antônio Manoel dos Santos, no bairro Araçá, tiveram uma atividade diferente, realizada no dia 29 de março. As crianças participaram de uma sessão de contação de histórias, promovida pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Belo. A professora Elisabete da Silva Mafra e a equipe da coordenação infantil, Núbia Cervelin e Fernanda Monteiro, estiveram nessas unidades escolares para levar a novidade aos alunos. Outras escolas também receberão a visita das educadoras. O objetivo é que a “contação” se torne um programa a ser realizado a longo prazo pela Secretaria.

A ideia surgiu de um projeto realizado pela equipe do NDI Lauro Prado, do bairro Vila Nova. Com a proximidade da Páscoa, as professoras desenvolveram várias atividades, sendo um dos atrativos a contação de histórias. Elisabete “se transformou” em um coelho e, fantasiada, narrou histórias e divertiu as crianças. Ao ter conhecimento do resultado da iniciativa, a Secretaria de Educa-

ção resolveu ampliar a experiência. “As crianças têm gostado bastante.

Elas ficam alvoroçadas com a brincadeira, participam e se divertem”, conta Elisabete, professora de educação infantil do NDI Lauro Prado. Ela explica que a atividade estimula a imaginação das crianças e desperta nelas o interesse pelas fábulas e pode, futuramente, encaminhá-las para o gosto pela literatura. “É importante que tenhamos projetos que estimulem esse aspecto lúdico, pois oferece aos alunos uma condição de desenvolver o imaginário, além de servir como uma deliciosa quebra na rotina”, acrescenta Fernanda. Segundo a coordenadora de educação infantil, Núbia, o projeto “Contação de História” vem agregar todo o trabalho da Secretaria de Educação aos NDI’s, além de incentivar e valorizar os professores da rede municipal.

Em vista do êxito da iniciativa, o que tinha um caráter piloto pode ser incorporado à grade curricular do município. As professoras ganharam da Secretária de Educação, Jane Avila, “sinal verde” para elaborar um projeto, visando a instituir a contação de histórias na rotina das escolas. “Sem dúvida, tem sido uma experiência enriquecedora, o que nos faz pensar em continuidade, inclusive com a capacitação das professoras responsáveis e condição para que elas possam ampliar esse trabalho e compartilhar com suas colegas da rede municipal”, projeta a secretária.

Colaboração: Secretaria Municipal de Educação de Porto Belo

Forquilha atenderá cerca de 1000 crianças na Educação Infantil a partir do ano de 2010

E educação é uma das prioridades em Forquilha, município mais alemão do Sul de Santa Catarina. Desde o início de 2009, os sete centros de educação infantil de Forquilha passaram a ser gratuitos, a partir de convênio com repasse de recursos. “Assumimos um compromisso que é para sempre. Não é como uma obra ou projeto que tem começo, meio e fim”, comenta o prefeito Lei Alexandre.

A prefeitura repassou, em 2009, cerca de R\$ 700 mil para a manutenção das creches. Com a realização de concurso público, em 2010 a prefeitura assumiu integralmente todas as creches do município, que atendem mais de 900 crianças. Para 2010, com a inauguração de mais uma unidade, outras 140 crianças passaram a ser atendidas, totalizando mais de 1000 crianças.

O novo centro de educação infantil, o CEI Dra. Zilda Arns, nome dado em homenagem à médica sanitária, morta no terremoto do Haiti no início do ano, foi construído por meio do Convênio Pró-infância do Ministério da Educação. O modelo padrão é uma escola

com 1.118,48 metros quadrados, com oito salas de aula, cozinha industrial, refeitório, sala de amamentação, sanitários e área de recreio coberta, entre outros. Além dos equipamentos necessários ao atendimento infantil, haverá um laboratório com 12 computadores para uso dos alunos. A Secretária Municipal de Educação Rosemeri De Lucca Minatto comemora. “É um grande avanço. Estamos cada vez mais próximos de atender o ideal de educação em nosso município”.

“Assumimos um compromisso que é para sempre”

Este é apenas um dos projetos da área educacional de Forquilha. Da educação infantil ao ensino superior, a preocupação é dar sempre a melhor educação às crianças e aos jovens. Mensalmente são promovidos cursos de capacitação com professores e gestores da rede municipal de ensino. Também são oferecidas atividades extracurriculares, como aulas de capoeira, dança esportiva, dança folclórica, música, informática, além de ações que incentivam a consciência ecológica e econômica das crianças, como as campanhas Consumidor Consciente e Escola Saudável.

A preocupação com o meio ambiente também é frequente. Uma das ações é a coleta do óleo de cozinha. Tudo que é usado nas cozinhas das escolas municipais é armazenado e encaminhado a uma empresa, que faz o reaproveitamento.

O Município:

Localizada a 18 quilômetros de Criciúma, Forquilha é um exemplo de diversidade étnico-cultural, com predomínio de descendentes de imigração alemã, mas com grande representação de italianos, japoneses, poloneses eluso-brasileiros. A forquilha que une dois rios, Mãe Luzia e São Bento, deu origem ao nome da cidade. O local, considerado ponto turístico, é um dos atrativos da cidade que mais cresce na região, com 22 mil habitantes. O município é sede da Heimatfest – Festa das Origens, que atrai um público de 100 mil pessoas.

A festa destaca os colonizadores que transformaram Forquilha no que ela é hoje: uma cidade em pleno desenvolvimento e com uma comunidade trabalhadora, inovadora e criativa.

Colaboração: Secretaria Municipal de Educação de Forquilha

Prefeitura de São Miguel do Oeste anuncia creche no bairro Jardim Peperi



Maquete da creche que será construída pelo programa Proinfância

O Prefeito de São Miguel do Oeste, Nelson Foss da Silva, e o Secretário Municipal de Educação, profº Juarez da Silva, anunciaram na quarta-feira, dia 05 de maio, a aprovação da primeira etapa para construção de uma creche no bairro Jardim Peperi.

O projeto tramita no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério

da Educação, e, nos próximos dias, a equipe da secretaria estará encaminhando a documentação para análise técnica da engenharia.

Esta nova unidade escolar da rede municipal está incluída no programa do governo federal Pró-Infância, instituído em 2007, o qual integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação

– PDE, do MEC. Os recursos do programa são destinados à construção e à aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e escolas de Educação Infantil.

No caso de São Miguel do Oeste, o investimento será de cerca de R\$ 1,2 milhões e a creche será construída numa área de 1.250m². Além disso, vai atender uma demanda de no mínimo 240

alunos, de 0 a 6 anos, estando incluída no modelo tipo B do programa.

O Prefeito destaca que a intenção do governo, com a construção de mais esta creche, é zerar o déficit das vagas para crianças nesta faixa etária. Num comparativo, afirma que, em 2008, eram atendidas 363 crianças nas creches e, hoje, em 2010,

a secretaria atende 570 crianças.

“Estamos readequando o prédio do antigo Hospital Cristo Redentor e construindo a nova creche no bairro Santa Rita. Somente nestes dois educandários serão atendidas mais 150 crianças”, comentou Nelson.

O aumento do número de vagas, diz Juarez, se deve ao fato da administração ter aberto nove salas nas Escolas Municipais, sendo duas na Aurélio Pedro Vicari, uma na Amália Daltoé Agostini; outra na José Veronese; duas no Centro de Educação Infantil Sonho Feliz; e três salas no Colégio La Salle Peperi (extensão da escola Amália).

O Secretário diz ainda, que atualmente 177 crianças aguardam na fila de espera da rede Municipal de Educação, para 2011, a previsão é a construção de salas nos Centros de Educação Infantil Mundo Mágico, Sonho Infantil, Primeiros Passos e Criança Feliz, com disponibilidade de mais 113 vagas.

Colaboração: Assessoria de Imprensa Prefeitura São Miguel do Oeste

Undime/SC promove encontro sobre o Proinfância

Aproximar os municípios dos órgãos competentes, este é um dos objetivos da Undime/SC, que reuniu, no dia 30 de abril, cerca de 80 representantes de Secretarias Municipais de Educação do estado para discutir com o FNDE e MEC o programa Proinfância. A ação surgiu após a solicitação dos municípios que participam deste programa, visto que muitos discordam da forma como o mesmo foi implantado.

Dentre os questionamentos está as normas para a escolha do terreno, a planta que define as repartições das creches, as poucas opções de materiais de construção, além do repasse de recursos e a contrapartida dos municípios.

Segundo o Engenheiro Civil e Analista de Projetos do FNDE, Ticiano Cavalcanti de Melo, todo o projeto foi desenvolvido pensando no país como um todo, e não definindo especificidades para cada região. Isso gerou a insatisfação dos municípios, já que Santa Catarina é um estado com muitas mudanças climáticas e terrenos montanhosos ou inclinados, o que causa a rejeição dos projetos pelo FNDE.

De acordo com a Coordena-

dora Geral da Educação Infantil do MEC, Rita de Cássia Coelho, que também participou do encontro, aprimorar o Proinfância significa ajudar a instituir a sistemática do programa para melhorar a qualidade da educação infantil. Ela solicitou aos presentes, a colaboração para ajudar o Ministério da Educação a pensar as necessidades encontradas e sugeriu que a Undime/SC, juntamente dos municípios, organize um documento que apresente as dificuldades enfrentadas, sugestões de materiais adequados para as regiões, além de chamar atenção para um planejamento específico para a faixa etária atendida nas creches.

O Proinfância

É um programa do Governo Federal, vinculado ao Plano de Ações Articuladas (PAR) e ao Compromisso Todos Pela Educação, que tem como objetivo prestar assistência financeira, em caráter suplementar, para a construção de creches e escolas de educação infantil bem como a aquisição de equipamentos para a rede física escolar desse nível educacional, por considerar que estas ações são indispensáveis à melhoria da qualidade da educação.

A Undime/SC solicita aos municípios que encaminhem as sugestões, para que esta instituição possa organizar, em forma de uma carta, as informações e encaminhar aos órgãos competentes.



Secretários, Assessores e Engenheiros Civis das Secretarias Municipais de Educação aproveitaram a oportunidade para expor suas insatisfações com o programa

Luzerna proporciona aulas diferenciadas para alunos da rede municipal

Proporcionar aulas diferentes, aliar teoria e prática e despertar a curiosidade e a criatividade dos alunos, este é o objetivo da Escola Municipal São Francisco, de Luzerna, que desenvolve diversos projetos e atividades para as crianças.

Exemplos dessa prática são as atividades realizadas na semana da Páscoa, em que os alunos que frequentam a oficina de Teatro da escola foram às ruas da cidade demonstrar o que aprenderam em aula. O grupo realizou apresentações sobre os temas da Páscoa para os moradores de Luzerna, o que proporcionou alegria e diversão a todos.

Ainda, nesta semana, os alunos tiveram oficinas de produção de doces e literalmente “colocaram a mão na massa”. Este trabalho foi coordenado pelas professoras Iria Alves Pauli e Marlise Spier Debus, que são as responsáveis pelas aulas

de reforço na escola.

Entre tantas atividades e experiências, os alunos da 5ª série foram presenteados com uma aula inusitada sobre a taxidermia – técnica de empalhamento de animais, ministrada pelo biólogo Mario Arthur Favretto, estagiário do Museu Frei Miguel. Além de aprender sobre a técnica, os alunos puderam visualizar passo a passo o processo. “Foram muitos questionamentos, comentários e muita atenção, afinal essa foi uma experiência incrível para as crianças e professores”, comenta a Secretária Municipal de Educação, Anelise Santanna Simon.

Colaboração Secretaria Municipal de Educação de Luzerna



Prêmio Elpídio Barbosa inova em 2010

O Concurso

Categorias:

Pessoa Física e Jurídica - dentre eles diretores de unidades escolares, professores, profissionais das áreas de educação e universidades que apresentem práticas inovadoras na formação de profissionais, com vistas à melhoria da qualidade da educação

Datas e Prazos:

As indicações deverão ser efetuadas até o dia 30 de junho, nas Secretarias Municipais de Educação. A avaliação na etapa municipal será realizada pelos Conselhos Municipais de Educação. Os selecionados deverão ser enviados para as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) até a data de 15 de julho. As SDR's farão a seleção de um trabalho por categoria e por região, e enviarão ao Conselho Estadual de Educação, até o dia 30 de julho. O Conselho receberá 36 projetos, dos quais serão premiados 1 por categoria: Instituição – pessoa jurídica, e Professor- pessoa física.

Mais informações no Edital nº 001/2010 do CEE



Conselheiros responsáveis pela organização e promoção do prêmio

A 19ª edição do Prêmio Elpídio Barbosa terá novidades neste ano, com a ampliação de parcerias e divulgação. Instituído pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) em 1992, o prêmio visa homenagear pessoas físicas e jurídicas, que se destacam no desenvolvimento da educação catarinense.

De acordo com a Conselheira do CEE e relatora da comissão responsável pelo Prêmio, Scheila Marins, a edição de 2010 contará com a parceria da Secretaria de Estado da Educação, da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina (Undime/SC), da União dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), e de empresas privadas, que possam dar apoio logístico ao evento. Segundo a Conselheira, estas parcerias têm o objetivo de ampliar a divulgação e consequentemente a participação de professores e escolas das redes públicas e privadas do estado.

Outra novidade para esta edição será a participação das Universidades, as quais poderão inscrever projetos inovadores e que contribuam para a formação dos professores. Para o Conselheiro do CEE, Fiorelo Zanella, as novas parcerias e a criação da categoria “Universidades” irá revitalizar o prêmio, aumentando o número de participantes.

Conforme explica o Conselheiro do CEE e responsável pela logística do prêmio, Gerson da Silveira, o Conselho está buscando apoio de empresas privadas para possibilitar uma premiação em espécie, além da medalha e do diploma, já oferecidos. “Atualmente o Prêmio é uma homenagem através de um diploma e nós queremos mudar isso, queremos que seja um prêmio em valor”, diz. A intenção é que a premiação possa ajudar o professor a aprimorar seus conhecimentos, por meio de cursos de aperfeiçoamento, de pós-graduação, livros. Para a escola, um

valor ainda maior, para que possa investir na biblioteca, em laboratórios, entre outros.

Gerson acredita que as premiações em valor despertam interesse, já que não destacariam apenas um grande projeto de inovação, criativo e de relevância para a educação catarinense, mas que venham a constituir práticas que melhorem a qualidade do ensino e a valorização destas ações.

Os responsáveis pela organização do prêmio relatam a pretensão de criar um arquivo para documentar as melhores práticas do ensino de Santa Catarina, por meio de publicações, para disseminar as boas práticas educacionais no estado.

Professor Elpídio Barbosa: Foi membro do Conselho Estadual de Educação desde a sua primeira composição, tendo sido empossado no dia 28 de maio de 1962, como presidente, cargo em que permaneceu até a sua morte, em 1966.